
LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

RAFAELA CRISTINA AUGUSTO

**Os jogos e as brincadeiras na Educação
Infantil e o desenvolvimento lógico
matemático segundo a linha pedagógica de
Freinet.**

RAFAELA CRISTINA AUGUSTO

Os jogos e as brincadeiras na educação Infantil e o desenvolvimento lógico matemático segundo a linha pedagógica de Freinet.

Orientador: Débora Cristina Fonseca

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Biociências da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Câmpus de Rio Claro, para obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia.

Rio Claro
2019

A923j	<p>Augusto, Rafaela Cristina</p> <p>Os jogos e as brincadeiras na Educação Infantil e o desenvolvimento lógico matemático segundo a linha pedagógica de Freinet. / Rafaela Cristina Augusto. -- Rio Claro, 2019</p> <p>48 p. : il., tabs.</p> <p>Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura - Pedagogia) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Instituto de Biociências, Rio Claro</p> <p>Orientadora: Débora Cristina Fonseca</p> <p>1. Brincadeiras. 2. Educação pre-escolar. 3. Ensino. I. Título.</p>
-------	---

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca do Instituto de Biociências, Rio Claro. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

RESUMO

A brincadeira é uma ação muito presente para alunos que se encontram na educação infantil, sendo em casa ou na escola. Atualmente a linha pedagógica Freinetiana compreende a brincadeira como um auxiliador no desenvolvimento da criança, através do tateamento e das descobertas a criança se desenvolve cognitivamente. Sabemos que a educação infantil passou por um longo processo histórico para obter a finalidade atual que é ,segundo o Art. 29 da Lei de Diretrizes e Bases - Lei 9394/96, de desenvolvimento integral da criança; através desta busca pelo desenvolvimento integral, mental, físico e cognitivo que os jogos aparecem como meio de socialização, sendo recurso utilizado até mesmo em outras áreas, portanto o presente trabalho tem por objetivo apontar de que maneira os jogos e as brincadeiras, que estão inseridas nessa modalidade educacional, auxiliam no desenvolvimento cognitivo da criança, segundo a perspectiva Freinetiana. Essa é uma pesquisa qualitativa, de revisão bibliográfica, realizada na plataforma da Scielo com as seguintes palavras chave brincadeiras e jogos, no período de 10 anos; foram utilizados livros, decretos e leis a fim compreender de que maneira os jogos e as brincadeira auxiliam no desenvolvimento cognitivo. Após a análise dos resultados, é possível afirmar que os jogos estão muito presente na educação infantil e que além de ser garantido por lei, auxilia no desenvolvimento cognitivo, através do trabalho-jogo.

Palavras Chaves: Jogos. Brincadeiras. Desenvolvimento. Educação Infantil

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	5
1.1 Objetivo Geral	7
1.2 Objetivos específicos	7
1.3 Metodologia	7
2 CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL	9
3 OS JOGOS E AS BRINCADEIRAS NA LITERATURA	20
3.1 Os jogos e as brincadeiras segundo as leis	23
3.2 Os Jogos e o Desenvolvimento Cognitivo	25
3.3 Os jogos na Base Nacional Comum Curricular	27
4 A PESQUISA	29
4.1 Resultados	29
5 FREINET: PRINCÍPIOS EDUCACIONAIS E POLÍTICOS	34
5.1. O Desenvolvimento Cognitivo Através do Tateamento de Freinet	37
6 CONCLUSÃO	41
REFERÊNCIAS	45

1 INTRODUÇÃO

A Educação Infantil possui um longo processo histórico, de constituição e orientações sobre concepções e práticas. Segundo Kramer (1992) a educação pré-escolar começou a ter reconhecimento na Europa e nos Estados Unidos durante a depressão econômica dos anos 30 e tinha por objetivo que professores, enfermeiros e outros profissionais fornecessem nutrição, um ambiente de proteção e cuidado ,emocionalmente saudável para que as crianças de dois a cinco anos se desenvolvessem ,ou seja, uma educação assistencialista cujo objetivo era garantir um local seguro e saudável para as crianças enquanto os pais trabalhavam.

Já no Brasil o autora Kramer (1992) ressalta que os trabalhos de assistência social e educacional à infância se concretizam somente a partir de 1930, perdurando como assistência oficialmente até 1980, multiplicando os órgãos estatais destinados ao atendimento da criança de zero a seis anos.

Naquele momento, as crianças de zero a seis anos, porém, eram assistidas basicamente por Instituições de caráter médico, sendo muito poucas as iniciativas educacionais a elas destinadas. Esta tendência pode ser entendida mediante a escassez extrema de verbas destinadas à educação frente à situação de analfabetismo do país. (KRAMER, 1995,p.55).

Assim, vemos o caráter assistencialista fortemente inserido nestas instituições, possuindo uma perspectiva médica de cuidado.

Com o passar do tempo diversas teorias e linhas pedagógicas foram influenciando e provocando a reestruturação e reformulação dos modelos, com novos pensamentos. O caráter assistencialista que inicialmente era fortemente inserido, dá lugar a uma nova instituição, onde temos a possibilidade de se trabalhar conteúdos de diversas formas e de diferentes perspectivas.

A escola tem de se modernizar [...] A escola tem de reencontrar a vida, mobilizá-la e servi-la, dar-lhe um objetivo. E para isto deve abandonar as velhas práticas, mesmo que elas tenham tido a sua majestade, e adaptar-se ao mundo do presente e do futuro.[...]É necessário, sobretudo, que os pais e os educadores tomem consciência do fato evidente de que a vida mudou, as necessidades das crianças e do meio já não são as mesmas, e que, em virtude disto as respostas de ontem já não são forçosamente válidas e é necessário a todo custo reconsiderar os problemas(...)Temos de fazer nascer o futuro no seio do presente e do passado, o que implica

não nun espetacular apelo à novidade, mas prudência, método e uma humanidade (FREINET, 1977,p.10-17).

Um longo período se passou até chegarmos à educação infantil atual, o caráter inicial desta modalidade foi reformulado e continua se reformulando até os dias de hoje.

Os jogos e brincadeiras, segundo Carneiro (2003), estão presentes na humanidade desde a antiguidade, são ensinados e repassados pelos ancestrais e vão se reformulando de acordo com a cultura que o individuo se insere, presentemente os jogos estão na educação infantil, sendo garantido como direito segundo a Resolução Conanda 41, de 17 de outubro de 1995, parágrafo 9º, e por outras leis que visam o desenvolvimento integral da criança.

Neste trabalho optamos por discutir o potencial dos jogos e brincadeiras na perspectiva Freinetiana. Segundo Angotti (1994) as concepções de Freinet prezam a vida equilibrada entre os indivíduos e o meio que estão inseridos, visualiza a liberdade como processo de exteriorização do "eu " interior, a fim de alcançar a felicidade, trazendo liberdade de escolhas em relação aos caminhos a serem percorridos.

Entre as características que permeiam a infância temos a curiosidade como uma mola propulsora no seu processo de desenvolvimento, em que através deles os processos de observação ocorrem em busca daquilo que é de seu interesse.

No processo do desenvolvimento da criança está implícita a necessidade de seu autoconhecimento, de esclarecimento de seus sentimentos, vontades, de exteriorização de seu ser individual, que nun desabrochar espontâneo, livre, busca a felicidade. (ANGOTTI, 1994,p.48).

Um importante recurso de desenvolvimento muito utilizado no período escolar são os jogos, eles estão presentes desde o ensino infantil, passando pelo ensino fundamental I e II, chegando até mesmo no ensino médio. Segundo Caillois (1990) os jogos podem ser em números variadíssimos, existindo diversos tipos: jogos de sociedade, de destreza, de azar, jogos de ar livre, de paciência, de diversão, etc.

Este é um recurso muito ressaltado pela pedagogia Freinetiana, em que há necessidade de ligar o estudo a uma constante experiência tateada, ou seja, ao trabalho-jogo como um meio de envolver o aluno na atividade realizada, com maior harmonia e sinceridade no desenvolvimento do "eu". O caminho é a partir da prática, através de experiências próprias da vida, experiências essas que o jogo e as brincadeiras podem proporcionar, visto que são atividades que instigam a expressão oral, investigação, despertam a curiosidade.

No decorrer da escrita percebeu-se a necessidade de modificar os objetivos gerais e específicos, haja vista que a literatura e o estudo da obra do Freinet indicou que a perspectiva do autor fala de desenvolvimento integral, sendo necessário um trabalho mais aprofundado e de longo prazo para discutir a especificidade do raciocínio lógico matemático. Portanto, que o trabalho se limitou ao objetivo geral de compreender como os jogos e brincadeiras, na perspectiva Freinetiana, podem auxiliar no desenvolvimento cognitivo, em vez de compreender como os jogos e brincadeiras, na perspectiva Freinetiana, podem auxiliar no desenvolvimento lógico matemático; já nos objetivos específicos procuramos compreender o histórico da educação infantil no Brasil e quais as leis que permeiam este processo, em vez de identificar quais jogos podem auxiliar no desenvolvimento lógico matemático e descrever como a perspectiva freinetiana aborda os jogos e as brincadeiras.

1.1 Objetivo Geral

- Compreender como os jogos e brincadeiras, na perspectiva Freinetiana, podem auxiliar no desenvolvimento cognitivo.

1.2 Objetivos específicos

- Compreender o histórico da educação infantil no Brasil e quais as leis que permeiam este processo.

- Identificar e descrever de que maneira os jogos e as brincadeiras são inseridos na educação infantil.

1.3 Metodologia

A metodologia adotada para a realização deste trabalho é a revisão bibliográfica, sendo uma pesquisa qualitativa que tem por objetivo buscar, através da análise de documentos relacionados a Educação Infantil ,o que a pedagogia freinetiana evidencia sobre jogos e brincadeira para o desenvolvimento cognitivo.

Este trabalho será constituído por quatro seções que serão responsáveis por refletir sobre a problemática proposta, a fim compreender e realizar esclarecimentos sobre todo processo histórico dos jogos e da educação infantil. Importante dizer que a metodologia abordada para entender o desenvolvimento cognitivo foi a de Freinet e Vygotsky.

A revisão bibliográfica foi desenvolvida pelo levantamento de artigos através do portal de periódicos da Scielo, na busca pelas palavras chaves; Jogos e brincadeiras, considerando os últimos dez anos de publicação e com a leitura de livros sobre o tema, além de leis e decretos vigentes , considerando todo processo histórico da educação infantil no Brasil.

2 CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL

A criança em sua definição comumente é apontada como contradição ao adulto, um ser imaturo, porém sua verdadeira definição está muito longe de ser postulada, visto que vai se diferenciando conforme os contextos em que essa criança se insere, ou seja, está estreitamente ligada com sua condição social e histórica e os papéis que esta desempenha.

Durante muitos anos no Brasil as crianças que eram pobres, filhos de escravos, possuíam sobre si um olhar de desprezo e abandono, enquanto as crianças filhos de pessoas da classe superior estudavam, com objetivo de uma formação profissional. O trabalho era atribuído às crianças pobres desde os sete anos “Essa idade de sua vida que vai dos 7 aos 12 anos não é mais uma idade de infância porque já sua força de trabalho é explorada ao máximo, exatamente como o será mais tarde também ” (MATTOSO, 1991, p.43).

Somente em 1891 vemos a proibição do Trabalho Infantil, pelo Decreto nº 1.313 promulgada no Brasil, que determinava a idade mínima de 12 anos para o trabalho. No ano de 1919 ocorre a fundação da 1ª Entidade Internacional de Apoio à Criança, na Inglaterra, cujo a tarefa era cuidar e socorrer crianças vítimas da I Guerra Mundial. A entidade, tinha o nome de "Save the Children" ('Salvem as Crianças', em português), foi fundada por Eglantyne Jebb com intuito de arrecadação de dinheiro para envio de alimento às famílias europeias atingidas pela guerra.

No ano de 1923 temos a Criação do Primeiro Juizado de Menores, no Brasil, tendo Mello Mattos como o primeiro Juiz de Menores da América Latina. Em 1927, foi promulgado o primeiro documento legal que tratava sobre menores de 18 anos: o Código de Menores, que ficou popularmente conhecido como Código Mello Mattos.

O Código de Menores era endereçado somente a crianças tidas em “situação irregular”. O código definia já em seu Artigo 1º, a quem a lei se aplicava:

O menor, de um ou outro sexo, abandonado ou delinquente, que tiver menos de 18 anos de idade, será submetido pela autoridade competente

às medidas de assistência e proteção contidas neste Código. (*Código de Menores – Decreto N. 17.943 A – de 12 de outubro de 1927*).

O Código de Menores prezava por estabelecer diretrizes claras para o trato da infância e juventude excluídas, regulamentando e trabalhando com questões sobre o trabalho infantil, a tutela e pátrio poder, delinquência e liberdade vigiada. O Código de Menores revestia a figura do juiz de grande poder, sendo assim muitas crianças e adolescentes ficavam a mercê do julgamento e da ética do juiz.

Em 1930, as iniciativas que estavam ligadas às crianças ocorrem dos movimentos higienistas, visto que nesta época a mortalidade infantil era muito grande, sendo classificados em dois motivos, o primeiro através de relações indevidas como de escravos com senhores, já a segunda ocorria por falta de conhecimento aos cuidados; os poucos projetos que ocorreram nesta época possuíam caráter preconceituoso, valorizando somente a elite. Foi colocado como “[...] um dos principais motivos da mortalidade infantil o aleitamento mercenário.” (KRAMER, 1992, p.50).

A concepção de proteger a infância começava a se espalhar, porém o atendimento sempre se limitava a iniciativas isoladas, localizadas, assim até mesmo aos grupos que tinham por objetivo auxiliar às classes mais desfavorecidas eram insuficientes e quase inexpressivos diante de toda a situação que o Brasil passava neste momento. Estudos mostram claramente que até o início da república a educação e o cuidado das crianças com idade de 0 a 6 anos eram secundários, pois escassamente se via algo voltado para esta faixa etária.

Tabela 1- Tabela da Taxa de Mortalidade infantil Entre 1930 á 1990:

Período	Taxa de mortalidade infantil
1930	162,4
1935	152,7
1940	150
1945	144
1950	135

1955	128,2
1960	124
1965	116
1970	115
1975	100
1980	82,8
1985	62,9
1990	48,3

Fonte: Censo demográfico 1940-1991. Rio de Janeiro: IBGE, 1950-1997; Pesquisa nacional por amostra de domicílios 1992-1993. Tabela extraída de Evolução e Perspectiva da Mortalidade Infantil no Brasil. IBGE, Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica, n.2, 1999.

Como podemos ver na tabela acima, a mortalidade infantil em 1930 era muito grande, a cada mil crianças que nasciam cento e sessenta e duas morreram, é um número realmente muito preocupante, podemos perceber o quanto essa queda foi ocorrendo gradativamente conforme os anos se passaram, por consequência dos cuidados voltados à infância.

Dentre os grupos que surgiram em favor da diminuição da mortalidade infantil temos o Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Brasil, com sede no Rio de Janeiro, fundada em 1899 com objetivo de atender menores de oito anos, elaborando leis que orientassem a saúde e a vida dos recém-nascidos, atender crianças pobres, doentes, com problemas mentais, problemas físicos, regularizar o serviço das amas de leite, entre outros. (KRAMER, 1992, p.52).

A criação do Instituto foi contemporâneo para o surgimento de creches, jardins de infância, maternidades e com o tempo as atividades da instituição se ampliaram e diversificaram com a realização de cursos, campanhas de vacinação, combate a epidemias, incentivar as festas consagradas a infância, creches; de estudar sobre o porquê da mortalidade infantil à presença em congressos. Dessa maneira o atendimento à criança ganhou grande importância, sendo visto como solução aos

problemas sociais e até como forma de “renovação da humanidade” (KRAMER, 1992, p.54).

A concepção de proteger a infância começava a se espalhar, porém o atendimento sempre se limitava a iniciativas isoladas, localizadas, neste momento, as crianças de zero a seis anos eram cercadas por instituições de cunho médico, sendo o caráter assistencialista fortemente presente.

A assistência voltada para as crianças até a década de 20 ocorria basicamente por meio de instituições particulares como médicos, educadores, leigos e principalmente da igreja católica. Muito se falava sobre esta situação, por um lado a visão de que o governo tinha o dever de amparar as instituições voltadas às crianças com creches, jardins de infância, hospitais; por outro lado declaravam que não existia uma municipalidade no País que pudesse garantir essa obrigatoriedade, sendo assim vital que a colaboração financeira dos indivíduos abastados e das instituições filantrópicas (KRAMER, 1992).

Em 1930 houve a Criação do Ministério da Educação, chamado de Ministério da Educação e Saúde Pública, que foi um dos primeiros atos do Governo Provisório de Getúlio Vargas. Ainda em 1940 temos a fundação do Departamento Nacional da Criança, que como citado acima era vinculado ao Ministério da Saúde e que tinha por objetivo sistematizar as atividades voltadas para a maternidade, como forma de proteção desta e da adolescência, sendo esse ministério responsável pela criação do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição em 1972.

Departamento Nacional da criança objetivava unificar os serviços relativos não só à higiene da maternidade e da infância, como também à assistência social de ambos. Dentre suas atribuições, incluía-se tanto a realização de inquéritos, estudos e divulgação, quanto o estímulo, a orientação e o auxílio financeiro aos governos estaduais e à iniciativa privada.(KRAMER, 1992, p.64).

Vemos que não há um regulamento quanto aos critérios para distribuição dos recursos, e que nem as prioridades do atendimento são explicitadas, sendo assim o Departamento foi muito imparcial, os recursos reservados para à assistência social e educacional foram sempre insuficientes.

Em 1941 temos o movimento de uma instituição chamada SAM (Serviço de Assistência ao Menor) com o objetivo de proporcionar amparo à infância, tanto no setor judicial, quanto no setor administrativo, tentando evitar a má influência da esfera familiar e formando jovens com convicção em servir seu país, todavia a instituição não conseguiu atingir seus objetivos, sendo visto como uma grande vergonha nacional e em 1964 uma instituição extinta.

A criação do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), em inglês "United Nations Children's Fund", ocorreu em 11 de dezembro de 1946; seus primeiros programas forneceram assistência a muitas crianças no período pós-guerra na Europa, no Oriente Médio e na China.

No ano de 1948 temos a aprovação da Declaração Universal dos Direitos Humanos Promulgada em 1948 pela ONU, em 1950 a UNICEF se instala no Brasil, em João Pessoa (PB), com programas de proteção à saúde da criança e da gestantes nos estados do nordeste brasileiro.

Segundo Kramer (1992) origem da Fundação Nacional do Bem- Estar do Menor (FUNABEM) ocorreu em 1º de dezembro de 1964, sendo um órgão ligado a Presidência da República e substitutivo do antigo serviço de Assistência ao menor (SAM), que era submisso ao Ministério da Justiça.

Para a origem da FUNABEM houve uma enorme luta que se iniciou na década de 40, por pessoas unidas a igrejas e ao governo e que tinham como interesse a melhora no atendimento dos menores que eram abandonados, em que a situação atual proponha uma educação e métodos impróprios. A criação do FUNABEM não teve intuito de mudar o que o SAM trazia, mas sim de "contribuir para o desenvolvimento social [...]" (Campos, Rosemberg, Ferreira, 2001, p.38) sendo este um órgão normativo supervisor. A fundação passou por longos processos de reformulação de seus objetivos durante a Nova República e em 1986 passou por uma reavaliação, e tendo como conseguinte o Diagnóstico Integrado para uma Política de Bem- Estar do menor diferente, logo vemos a definição de idades a serem atendidas pelo programa, sendo esta de 7 à 18 anos e estando em circunstância de risco pessoal e social.

O atendimento em creches não constituía objetivo prioritário da FUNABEM,[...] em 1988 mantinha convênios com apenas treze unidades

da federação e se destina a um número pequeno de crianças [...] (CAMPOS; ROSEMBERG; FERREIRA, 2001, p.42).

Vemos então que a FUNABEM tinha um atendimento voltado há poucas crianças e segundo Campos, Rosemberg e Ferreira (2001) as metas previstas em seu relatório de 1987 são de atendimento para crianças com tutela judicial.

No ano de 1974 o MEC (Ministério da Educação) por meio de um grupo de estudiosos, elaborou algumas categorias para o ensino de 0 à 6 anos, separando-os por faixa etária conforme explicitado a seguir : “[...] 0 a 1 ano, creches; 2 a 3 escolas maternais; 4 a 6 anos, jardins de infância” (CAMPOS; ROSEMBERG; FERREIRA, 2001, p 45).

Apesar desta nova categorização essas mudanças não foram absorvidas em âmbito estadual e nem federal visto que o Ministério da Saúde era quem reservava o atendimento nas creches, ressaltando novamente o caráter de auxílio, proteção materno-infantil.

A criação da COEPRE (Coordenadoria de Educação Pré-Escolar, 1975) e a ênfase no pré-escolar apresentam-se mediante um contexto de necessidade de sua criação, visto que o mesmo realizava estudos e diversos contatos para realizar um plano educacional para a pré-escola, sendo esses dados referentes a “matrículas, necessidades de atendimento, nível socioeconômico das crianças matriculadas, a formação do corpo docente, aos prédios que abrigavam as crianças, às grupos de fiscalização” (KRAMER, 1992,p.84) resultando assim no Diagnóstico Preliminar da Educação Pré escolar no Brasil, sendo a partir deste realizados os seguinte seminários com objetivo de nortear o plano educacional pré escolar: Seminário de planejamento da educação pré escolar (1975) com objetivo de buscar uma concordância através de diversos setores como saúde , educação e nutrição. Seminário de educação pré escolar (1975) com objetivo de determinar normas técnicas que caracterizassem materiais, recursos e critérios educacionais.

Vemos então que o quadro de atendimento de crianças de 0 à 6 anos no Brasil é muito labiríntico, perpassando por diversas situações que se resumem em alguns setores que, segundo kramer (1992), são: Saúde, Previdência, Assistência Social, Educação e Ministério da justiça. O criar e extinguir instituições de apoio a criança e a infância são frequentes no Brasil, assim vemos diversos órgãos com a mesma função, enxergamos a criança exemplificada pelas instituições com grande

fragmentação, sendo cada entidade responsável por uma parte de um todo, sendo assim como fruto temos o fato de ninguém se responsabilizar pelo todo, pelo problema em si, ou seja existe grande diferença entre a valorização que é concedida a criança referente aos discursos e ao que realmente ocorre na infância brasileira, sendo esta infância constituída por valores que ora se destacam ora não no contexto da educação brasileira “ o problema é identificado na criança ou na família, nunca na sociedade, muito menos na sua divisão de classes” (KRAMER, 1992, p.110).

Em 1979 ocorre a aprovação do Segundo Código de Menores, sendo Revogado o Código de Menores Mello Mattos e substituído pelo Código de Menores de 1979 mantendo, no entanto, a mesma linha de arbitrariedade, assistencialismo e repressão junto à população infanto-juvenil.

Na Constituição de 1988 vemos pela primeira vez a inclusão de direitos específicos da criança, sendo esses direitos não relacionados ao âmbito familiar, mas sim ao educacional, de crianças de 0 a 5 anos de idade, como dever do estado (Art.208, inciso IV).

Sendo esse um passo muito grande para educação brasileira, visto que se analisarmos documentos e constituições anteriores vemos que o caráter assistencialista era sempre presente.

A subordinação do atendimento em creches e pré- escolas à área da Educação representa, pelo menos no nível do texto constitucional, um grande passo na direção da superação do caráter assistencialista predominante nos programas voltados para essa faixa etária (CAMPOS; ROSEMBERG; FERREIRA, 2001, p 18).

Vemos como o caráter assistencialista era presente nas instituições de atendimento a crianças desta faixa etária, com a Constituição de 1988, esses serviços não poderiam mais possuir caráter assistencialista, visto que essa nova formulação presumia uma obrigação para o sistema educacional, que era de fiscalização e supervisão das creches e pré escolas, sendo elas lucrativas ou sem fins lucrativos, recebendo ou não recursos públicos, elas devem ser de supervisão e fiscalização do poder público.

É de responsabilidade da União legislar sobre as diretrizes e bases da educação nacional conforme o Art.22, inciso XXIV ,e de qualificação da União, estados , Distrito Federal e municípios propiciar meios de contato com a cultura, educação e ciência, conforme Art.23,inciso V , e diante deste específico aos municípios garantir a proteção da criança.

A representação do ministério de trabalho aliou-se diretamente aos atendimentos das crianças pequenas de 0 a 6 anos dada a proteção do trabalho feminino, tendo decretos que protegiam a trabalhadora enquanto mulheres e enquanto mães, impondo obrigações como sala de amamentação, direito ao cuidado gestacional conforme o decreto N. 21.417 A - DE 17 DE MAIO DE 1932.

A extensão da licença gestante, a licença paternidade e assistência gratuita das crianças em creches e pré escolas foram alguns dos ganhos frente a estas mudanças que ocorriam na legislação trabalhista, garantido pelo Art 7º XVIII, XIX E XXV.

No Artigo 227 da Constituição Federal de 1988 vem ressaltar de forma mais ampla os direitos da criança brasileira; é importante destacar que em seu parágrafo 6º o artigo destaca a igualdade de direitos entre filhos "nascidos ou não da relação do casamento [...] , sendo novamente respaldadas pelas leis e constituições de seus direitos enquanto criança.

Através do Conselho Nacional do Direitos da Mulher (CNDM) em 1989, podemos observar a lei nº7.353, de 28/08/1985 que tem por finalidade políticas que vão extinguir a discriminação da mulher, dando a ela liberdade de se expressar politicamente e de intervir nas esferas econômicas e culturais do Brasil. No CNDM havia diversas comissões que assessoraram cada trabalho como a de : Educação, Trabalho, Cultura, Violência, Saúde e Creche Sendo a creche voltada para o atendimento de crianças na faixa etária de 0 a 6 anos, desenvolvendo diversas atividades .

Após alguns meses de criação a CNDM introduziu uma carta de princípios onde assegurava a creche como um direito universal à educação para crianças de 0 a 6 anos, sendo esta um das propostas fundamentais para a nova constituição; a atuação desta comissão de creches realizou todo seu percurso através do apoio a Comissão Nacional de crianças e da UNICEF.

No ano de 1990 ocorreu a Promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente Lei 8.069/90(BRASIL, 1990) que é considerado um documento exemplar de direitos humanos, obtido através de ideias e da participação de vários segmentos sociais envolvidos com a causa da infância no Brasil. Este novo documento modifica significativamente as possibilidades de uma intervenção arbitrária do Estado na vida de jovens e crianças. Desde sua promulgação houve um grande esforço para que a efetivação ocorresse, realizada nos âmbitos governamentais e não–governamentais, todavia a implementação integral do ECA é um grande desafio para os envolvidos com a execução dos direitos dos jovens e crianças .

Em 1992 ocorreu a Criação do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente CONANDA (BRASIL, 1992) uma importante responsabilidade deste órgão é a elaboração de políticas públicas e a destinação dos recursos ao cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente. Sua constituição se dá de forma paritária entre membros do governo e membros da sociedade civil organizada. Em 20 de dezembro de 1996 temos a Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional LDB(BRASIL, 1996) que veio para substituir sua versão anterior, de 1971, e para ampliar os direitos educacionais, adquirindo assim a autonomia nas ação das redes públicas, nas escolas e dos professores, deixando mais explícitas as atribuições do trabalho docente. As discussões sobre uma nova lei que orientasse a Educação brasileira tiveram início ainda em 1988, durante o processo de aprovação da Constituição - que deu aos municípios a atribuição de oferecer o ensino básico à população, ou seja com essa mudança temos a garantia de a educação para crianças de 0 a 6 anos, portanto a LDB consolida a oportunidade de medidas que ampliam o acesso ao ensino e auxiliam no financiamento educacional no Brasil, retirando o caráter assistencialista e adquirindo caráter educacional.

A seguir podemos observar uma tabela referente as taxas de frequência na educação de 0 a 6 anos, no período de 1991 a 2015.

Tabela 2- Frequência de alunos na educação infantil:

Período	Porcentagem de frequência à
---------	-----------------------------

escola ou creche	
1991	27,5%
2001	34,9%
2002	36,5%
2003	37,7%
2004	40,2%
2005	40,8%
2006	43%
2007	44,5%
2009	85,2%
2011	83,7%
2012	84,2%
2013	84,3%
2014	84,3%
2015	85%

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1991/2007.

Como podemos ver de 1991 a 2001 ocorre um aumento de 7,4% nas taxas de frequência, o que é um salto grande para a educação infantil e que também é justificável visto que como citado anteriormente, dada a LDB de 1996 que garante o acesso a educação infantil e atribui responsabilidade a Educação, perdendo assim o caráter assistencialista presente anteriormente, todavia o número de crianças que estão frequentando o ensino infantil ainda sim é muito pequeno. Podemos evidenciar também que o aumento no número se encontra entre os anos de 2007 a 2009 com cerca de 40,7% de aumento e diante disto as matrículas superaram a faixa de 50%.de matrículas.

Se tratando dos avanços referentes ao atendimento de crianças, em 1998 o MEC e o Conselho Nacional de Educação (CNE) desenvolveram as Diretrizes Curriculares de Educação, no TÍTULO V , DOS NÍVEIS E DAS MODALIDADES DE EDUCAÇÃO E ENSINO, CAPÍTULO II DA EDUCAÇÃO BÁSICA ,Seção II, art. 29 e art. 30

podemos observar a divisão do atendimento em creches de 0 a 3 anos e em pré-escolas para crianças de 4 a 5 anos, é notável que este documento também ressalta a preocupação com a qualidade do atendimento às crianças de 0 a 6 anos, que se explicitam na organização e nos princípios éticos, estéticos e políticos para o trabalho cotidiano. No mesmo ano (1998) foi publicado o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, todavia o mesmo apresenta contradições, segundo Guimarães (2011) por um lado, temos a educação infantil como um lugar de construção de identidade e autonomia, todavia por outro lado vemos a precipitação quanto aos conteúdos estipulados, sendo estes uma prévia para o fundamental.

Concluimos que os projetos educacionais que ocorreram historicamente, em particular citando a infância pobre, trouxeram consigo o higienismo como essência, revestido de instrução cívica e moral, banhadas de autoritarismo. Atualmente podemos evidenciar a visão de uma educação disciplinar, sem clareza de sua finalidade, assistencial ou educacional, cuidar ou educar, “[...] controlar os alunos para que sejam obedientes à autoridade” (KUHLMANN JR., 2002, p.13).

Sobre toda a construção do direito da criança a educação, podemos ressaltar que se trata de uma construção social e histórica, pois como citado anteriormente, antes de ser um direito da criança, precisou se tornar uma necessidade familiar, sendo assim uma conquista da sociedade os avanços até então alcançados.

3 OS JOGOS E AS BRINCADEIRAS NA LITERATURA

Os jogos e as brincadeiras estão presentes na história da humanidade há centenas de anos antes de cristo, como ressalta Carneiro “Os povos antigos ao praticarem os jogos desenvolveram suas culturas, seus costumes” (2003, p. 12); ou seja, na antiguidade os jogos já estavam presentes e com o seu desenvolvimento floresciam os costumes culturais e a criação de novas culturas, podemos então verificar que há diversos jogos que perpetuaram-se até a atualidade, sejam entre crianças ou entre adultos.

Ariés (1981) afirma que:

Parece, portanto, que no início do século XVII não existia uma separação tão rigorosa como hoje entre as brincadeiras e os jogos reservados às crianças e as brincadeiras e os jogos dos adultos. Os mesmos jogos eram comuns a ambos. (ARIES,1981,p.88)

Na antiguidade o direito de brincar era amplo a toda família. A maioria dos jogos da época eram de extrema violência, além de que nesta época as crianças eram vistas como pequenos adultos, portanto não existia separação entre adultos e crianças, logo as brincadeiras eram iguais a todos.

Como vemos abaixo, temos uma quadro de Pieter Bruegel, retratando diversos jogos e brincadeiras da época de 1560, podemos evidenciar que as pessoas representadas na obra possuem até mesmo expressão corporal no qual a brincadeira desperta, entusiasmo, alegria, entre outros. Na pintura há vários elementos que estão incorporados a brincadeira e que são utilizados até hoje, como arcos, taco, pesos (ou bolinhas de gude), traves, entre outros. Nesta tela o pintor agregou cerca de 200 figuras humanas, conhecido por sempre retratar em suas obras o cotidiano dos camponeses o autor retrata-os em miniatura, remetendo novamente ao termo mini adultos, que como citada anteriormente, crianças e adultos eram vistos similarmente.

Figura 1- Jogos Infantis



Revista Anagrama: Revista Científica Interdisciplinar da Graduação Ano 5 - Edição 4 –
Junho-Agosto 2012

No quadro são retratados muitos jogos e brincadeiras, porém mesmo que muitos deles sejam jogados até hoje, podemos observar que pelo fato de estes terem diversas origens são transmitidos com diversas formas de jogar.

Os jogos, brinquedos e brincadeiras passaram por diversos períodos, diversos povos e cada um deles reagiu de forma diferente. Ainda, podemos citar a Igreja medieval também, visto que condenava o jogo sob todas as suas formas jogos, segundo Miranda (1992, p.28) “A recreação deve ser proibida em todas as formas. As crianças deverão aprender que a recreação afastará de Deus o eterno bem, seu coração e mente e fará se não mal a sua vida espiritual”.

Ou seja, além de diversos jogos, existem várias maneiras de enxergá-los também, sendo este proibido conforme algumas crenças e práticas culturais.

Apesar de alguns povos vivenciarem épocas tão distintas, espacialmente e temporalmente, suas práticas culturais estão muito interligadas, até mesmo nos jogos e brincadeiras praticados, Brougère (1997) quando retrata sobre os jogos e brincadeiras ressalta que esses possuem grande valor cultural, sendo este um grupo de características que podemos utilizar para compreender uma sociedade.

Os jogos estão presentes desde muito tempo, sendo uma ação natural do cotidiano, e até mesmo levado muito a sério em alguns casos.

[...] a brincadeira é uma atividade espiritual mais pura do homem neste estágio e, ao mesmo tempo, típico da vida humana enquanto todo – da vida natural/ interna do homem e de todas as coisas. Ela dá alegria, liberdade, contentamento, descanso externo e interno, e paz com o mundo [...] a criança que brinca sempre, com determinação auto-ativa, perseverando, esquecendo sua fadiga física, pode certamente tornar-se um homem determinado, capaz de auto-sacrifício para de seu bem e dos outros [...] O brincar, em qualquer tempo, não é trivial, é altamente sério e de profunda significação. (FROEBEL apud, KISHIMOTO, 2002, p.23).

Assim vemos que a brincadeira, mesmo que ocorra somente pela diversão, ainda assim contém potencial suficiente para trabalhar diversas questões, como o comportamento, determinação, entre outros pontos importantes para o desenvolvimento do indivíduo. Para Huizinga (1991), os jogos começaram através da relação do homem com o trabalho, pois eram usados como diversão e como meio de socialização, concedendo aos homens a oportunidade de estar em um lugar e tempo diferente do vivenciado. Segundo Elkonin (1998) todo o percurso dos jogos e brincadeiras acompanharam o ritmo da definição de infância e criança.

No Brasil os jogos são resultado de uma mistura entre diversos povos, para Kishimoto (1993) essa miscigenação trouxe diversas modificações de jogos e brinquedos, como por exemplo a pipa, que pode ser chamada de papagaio e apesar de ser exposta como um brinquedo vindo de Portugal, originou-se na Ásia.

Portanto, utilizando as palavras de Benjamim (1984, p. 74): “o brinquedo é um mudo diálogo da criança com o seu povo”, ou seja está intrinsecamente ligado ao lugar que a criança se insere na sociedade.

3.1 Os jogos e as brincadeiras segundo as leis

Considerando a forma como a educação está atualmente, necessitamos compreender melhor o que as leis, decretos e estatutos retratam sobre a Educação Infantil, pois só assim poderemos compreender de forma mais abrangente o real sentido e importância da Educação Infantil para nossa sociedade.

Existem diversos documentos que direcionam o ensino de 0 a 6 anos, a Resolução da Câmara de Educação Básica (CEB) nº 1/99 (BRASIL, 1999) que consiste em um desses documentos que institui as diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil. Em seu Artigo 3, parágrafo III a resolução traz que:

As Instituições de Educação Infantil devem promover em suas Propostas Pedagógicas, práticas de educação e cuidados, que possibilitem a integração entre os aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivo/lingüísticos e sociais da criança, entendendo que ela é um ser completo, total e indivisível.(BRASIL, 1999,p.18).

Portanto esses espaços, conforme se depreende do documento, devem promover condições apropriadas para o desenvolvimento total da criança, com um olhar individual para cada um, considerando suas particularidades e sua bagagem de vivências.

Os jogos e brincadeiras são uma das possibilidades de se desenvolver a identidade e a autonomia da criança, o raciocínio lógico e a linguagem, visto que os jogos estimulam a criança a formular estratégias para cada jogada.

Como explicitado quando se apresentou na historicidade da criança no Brasil, compreendemos que atualmente temos uma nova concepção de criança, um sujeito que possui seus direitos garantidos por leis, todavia a execução destes direitos necessita de medidas legais que sustentem sua efetivação.

Da mesma forma que para criança é garantida uma educação de qualidade, atendimento médico, boa alimentação, direito a um nome e a uma nacionalidade, assim também há direitos reconhecidos por leis como o brincar, que necessitam ser visto como um direito importante ao desenvolvimento da criança.

Esse direito está garantido através da Declaração dos Direitos da Criança (1959), em seus artigos 4 e 7, que confere aos meninos e meninas o “direito à alimentação, à recreação, à assistência médica” e a “ampla oportunidade de brincar e se divertir”,

ou seja temos o embasamento de que o brincar é muito mais que uma “ brincadeira” , mas um dever garantido às crianças e imprescindível para o seu desenvolvimento. Também está garantido no Estatuto da Criança e do Adolescente ECA (BRASIL,1990) em seu artigo 16, que estabelece o direito a “brincar, praticar esportes e divertir-se”, garantindo à criança novamente este direito, portanto temos que reconhecer que o brincar é elemento importante para um desenvolvimento pleno e saudável das crianças, é o que as ajuda a compreender e se relacionar com o meio; além de trabalhar diversas questões como a cooperação e a curiosidade .

No documento de “Convenção sobre os Direitos da Criança” temos, o artigo 31 do DECRETO Nº 99.710, DE 21 DE NOVEMBRO DE 1990, que trata sobre o Estados reconhecerem os direitos da criança ao descanso, lazer, divertimento, as atividades recreativas e a participação cultural e artística, ou seja a participação da criança e seu contato com o meio em que vive, seja através das brincadeiras ou das ações culturais, cultivar esse convívio e reconhecer essa garantia dada às crianças.

Outro documento importante e atual é a LEI Nº 13.257, DE 8 DE MARÇO DE 2016

Esta Lei estabelece princípios e diretrizes para a formulação e a implementação de políticas públicas para a primeira infância em atenção à especificidade e à relevância dos primeiros anos de vida no desenvolvimento infantil e no desenvolvimento do ser humano, em consonância com os princípios e diretrizes [...] (BRASIL,2016, Art. 1º)

Essa lei traz diversas questões referentes às crianças, tais como: as políticas públicas voltadas ao atendimento dos direitos da criança, ao respeito da individualidade e os ritmos de desenvolvimento de cada criança, em promover a formação da cultura de proteção e promoção da criança, a proteção contra toda forma de violência e de pressão consumista, entre outras questões que são de suma importância na vida da criança.

Em 1995 o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) apresentou a Resolução Conanda 41, de 17 de outubro de 1995, que estabelece em seu parágrafo 9º.s: §9º Direito de desfrutar de alguma forma de recreação, programa de educação para a saúde, acompanhamento do currículo escolar, durante sua permanência (BRASIL, 1995).

Essa resolução ocorreu dada a situações hospitalares da época, que privaram a criança dos seus direitos de brincar, dado a esses acontecimentos, foram realizadas muitas investigações, chegando a conclusão que o brincar é uma alternativa de alívio da tensão, além de contribuir nos tratamentos médicos, ou seja, os jogos e as brincadeiras possuem finalidades além das que podemos pensar.

Atualmente existem diversos documentos que direcionam a educação infantil, a Resolução CEB nº 1/99 é um desses documentos que institui as diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil. Em seu Artigo 3, parágrafo III a resolução traz que:

As Instituições de Educação Infantil devem promover em suas Propostas Pedagógicas, práticas de educação e cuidados, que possibilitem a integração entre os aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivo/lingüísticos e sociais da criança, entendendo que ela é um ser completo, total e indivisível. (BRASIL, 1999, p.18).

Portanto, esses espaços devem promover condições apropriadas para o desenvolvimento total da criança, com um olhar individual para cada um, considerando suas particularidades e sua bagagem de vivências.

Os jogos e brincadeiras consistem em uma das possibilidades de se desenvolver a identidade e a autonomia, o raciocínio lógico e a linguagem, visto que estimulam a criança a formular estratégias.

Com esta resolução, as propostas de educação infantil começaram a surgir e se modificar, dada a situação em que quanto antes a criança interage com o seu meio escolar, melhor era seu desenvolvimento.

Podemos evidenciar que conforme as necessidades e mudanças sociais, as leis foram se modificando. Podemos perceber que os jogos e as brincadeiras estão presentes nos documentos norteadores, principalmente se analisarmos os documentos atuais, visto que ambos abordam esse tema como parte importante para o desenvolvimento cognitivo da criança, já sendo parte da rotina da educação de 0 a 6 anos e muito citado até mesmo para as faixas etárias seguintes.

3.2 Os Jogos e o Desenvolvimento Cognitivo

A educação infantil é uma etapa essencial na vida da criança, portanto atualmente há diversas pesquisas a fim de compreender melhor suas necessidades, muitos

estudiosos têm apontado como a interação dessas crianças influência no seu desenvolvimento, sejam interações na rua, entre familiares, em espaços culturais, na escola e em diversos lugares e como eles são importantes para seu progresso.

A escola é um espaço de grande interação entre as crianças, onde segundo Oliveira (2000) a construção de cada indivíduo é volúvel e dinâmica, alterando sua linguagem dada interação, ou seja a criança cria subjetividade em cada contato com os objetos ou pessoas, através dessa apropriação dos objetos e das palavras e através das brincadeiras ela reproduz tudo o que foi interiorizado

“A primeira forma de ligação entre fantasia e realidade consiste no facto de toda a elucubração se compor sempre de elementos tomados da realidade e extraídos da experiência anterior do homem”(Vigotski, 1930, p.16), ou seja, toda a nossa imaginação ocorre a partir de uma experiência passada; somente as ideias religiosas ou mitológicas acerca da natureza humana podem supor um fruto de fantasia sobrenatural, diferente da experiência anterior.

Até mesmo as maiores fantasias são banhadas de realidade, seja na sereia que possui corpo de peixe junto ao corpo humano, ou na fada que possui asas de borboleta e corpo humano, sendo assim, sempre há uma combinação de elementos reais, portanto a fantasia não é o oposto de realidade, a fantasia apoia-se na memória e dispõe os seus dados em combinações sempre novas.

O Vigotski (1991, p. 63) diz que “é no brinquedo que a criança aprende a agir numa esfera cognitiva, ao invés de uma esfera visual externa, dependendo das motivações e tendências internas, e não dos incentivos fornecidos pelos objetos externos” , ou seja tudo vai ocorrer de acordo com o que a criança interpreta, como ela enxerga e se apropria da ação, o jogos e as brincadeiras vem auxiliar no cognitivo a reproduzir aquilo que foi interiorizado, através da interpretação do meio social em que o indivíduo está inserido, transformando sua realidade, utilizando da imaginação para criação de um mundo imaginário, em que a criança fantasia as vivências, como o brincar de boneca; quais são a referência que ela tem, quais experiência possui em relação a esse papel social.

A infância é tida como a época em que a fantasia e a imaginação estão no ápice, conforme a criança cresce essas mesmas ações tendem a declinar (ELKONIN, 1998) neste estágio do desenvolvimento a estimulação é imprescindível para o desenvolvimento social, psicológico e cognitivo dos indivíduos; na educação de 0 a 6 anos os jogos e brincadeiras estão muito presentes, e nessas brincadeiras as crianças extraem do mundo real ações e interiorizam para as brincadeiras. Segundo FACCI (2006) algumas operações realizadas nas brincadeiras ainda não são de domínio das crianças, como pilotar um avião ou dirigir um carro, todavia na ludicidade das brincadeiras ela concretiza essa ação, mesmo que não tenha a possibilidade de num mundo real concretizar a mesma. Todas essas construções reais e imaginárias só são possíveis através das vivências obtidas na construção social do meio em que está inserida.

Segundo Galvão (2003) na educação infantil é importante que haja um ambiente favorável para as experiências, para os tateios experimentais e para uma aprendizagem que siga o curso natural da vida, baseado nos interesses das crianças, o que não é difícil, visto que elas são curiosas, sendo isto muito importante, dado que este é o propulsor para uma aprendizagem viva e repleta de significados.

Quando as crianças se envolvem com um trabalho que é de seus interesses, que considere parte dos seus conhecimentos adquiridos e estimule para uma busca de novos conhecimentos, despertando a curiosidade de forma lúdica e precisa, este é um trabalho riquíssimo em apropriação para eles, visto que as crianças compreenderam a importância de seu trabalho e não se contentam com respostas prontas, mas sim com atividades construtivas; portanto a constituição do profissional da educação que conduzirá a sala é de suma importância para a construção do conhecimento junto aos alunos, para a intervenção com finalidade educativa nas brincadeiras e na a esfera do cuidar e educar .

3.3 Os jogos na Base Nacional Comum Curricular

A Base Nacional Comum Curricular BNCC (BRASIL, 2018) traz que a Educação Infantil é a primeira etapa da educação básica, sendo esta imprescindível para a

fundamentação do processo escolar. Este ambiente proporciona em sua maioria a primeira separação entre a família e a criança, onde esta se insere em um contexto social divergente do já vivenciado, em uma gama cultural de diversas relações. O cuidar e educar sempre esteve muito difundido nas últimas décadas, sendo intrínseco no processo de desenvolvimento infantil, além de trazer pontos importantes sobre riqueza e pluralidade cultural, através do contato com a comunidade e com as famílias dos estudantes.

Sujeito histórico e de direitos, que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (BRASIL, 2009).

O Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil DCNEI (BRASIL, 2009), no artigo 9º revela questões importantes a serem trabalhadas nessa etapa escolar, que são as interações com o meio em que a criança se insere, o direito ao brincar, de estar em contato com outras crianças, com a família e comunidade, na construção do conhecimento e das apropriações vivenciadas, ou seja, todas essas questões são defendidas a fim de dar a voz às crianças, de enxergá-las como são e não como um dever, compreender e defender seus direitos é importante para que seu desenvolvimento seja integral.

A BNCC (BRASIL, 2018) discorre sobre os direitos de aprendizagem na educação infantil que são: Conviver, Brincar, Participar ativamente, exploração de diversos elementos, expressar-se e conhecer-se/identidade. O brincar é detalhado no documento como rotineiro, e o mesmo deve ocorrer em diversos ambientes, espaços e tempos, em grupos ou individualmente, com crianças ou adultos, diversificando seu acesso nas produções culturais, sociais, ampliando a imaginação, criatividade, proporcionando experiências diversificadas, corporais, sensoriais, emocionais, relacionais e expressivas (BRASIL, BNCC, 2018), ou seja o brincar deve ser diversificado, a fim de proporcionar um desenvolvimento integral da criança, seja este em sala através de jogos educativos, ou as brincadeiras em parques, no intervalo, brincadeiras dirigidas, brincadeiras livres, quaisquer que sejam elas, devem ser variadas, a fim de que a criança vivencie e interiorize essa diversidade.

Sabemos que o eixo estruturante da educação infantil, segundo a BNCC (BRASIL 2018) são as interações e a brincadeira, a composição curricular desta etapa é arquitetada em cinco campos de experiência, estes campos estão diretamente ligados aos eixos, sendo assim, ligado aos jogos e brincadeiras, dado que no primeiro Campo de experiência “O eu, o outro e o nós” descreve sobre as interações com crianças ou adultos, individuais ou em grupo, que através deles vão estabelecendo o desenvolvimento de cada indivíduo em seu modo de agir, sentir e pensar; compreendendo a diversidade cultural, construindo novos pensamentos e questionamentos, os jogos e as brincadeira são atividades que exploram muito esse campo de experiência, dado o contato com o próximo, com culturas diferentes da sua, portanto brincadeiras diferenciadas também, conhecendo a si a ao próximo.

No segundo Campo de experiência temos o “ Corpo, gestos e movimentos” que explicita sobre os sentidos do corpo, impulsos, movimentos impulsivos, que ocorrem através da exploração do ambiente e dos objetos que se encontram próximos, “estabelecem relações, expressam-se, brincam e produzem conhecimentos sobre si” (BRASIL, BNCC, 2018, p. 41); novamente podemos visualizar os jogos e as brincadeiras entrelaçados com este campo, dada a exploração dos materiais, do espaço, o conhecimento do corpo e dos gestos, nas brincadeiras de faz de conta, onde as crianças se comunicam e se expressam no entrelaçamento entre corpo, reconhecimento de sensações e movimentos.

No terceiro Campo de experiência “Traços, sons, cores e formas” ressalta como as manifestações culturais, artísticas e científicas podem proporcionar uma gama de experiências, através do tato, do que é áspero, liso, mole, através de atividades de colagem, modelagem, explorações de diversos materiais; através de sons músicas, teatro e dança “Essas experiências contribuem para que, desde muito pequenas, as crianças desenvolvam senso estético e crítico, o conhecimento de si mesmas, dos outros e da realidade que as cerca” (BRASIL, BNCC, 2018, p. 41) todos esses sentidos podem ser exercitados através das brincadeiras de roda, exploração de materiais, caixa surpresa, brincadeiras que ampliam os repertórios e interpretam suas experiências e vivências artísticas.

No Campo de experiência da “escuta, fala, pensamento e imaginação” é onde as crianças vão desenvolver o vocabulário, expressão e compreensão, ou seja, vão se apropriar da língua, instigar a criatividade, a comunicação e socialização com outras pessoas, na imersão da cultura escrita, onde os jogos e as brincadeiras são essenciais, tanto através do contato que ocorre por meio destas ações , quanto pelo incentivo à criação, investigação que as brincadeiras propõem as crianças.

O campo experimental dos “espaços, tempos, quantidades, relações transformações” é mais um dos campos que estão muito presentes nesta fase de exploração dos espaços, noções de tempo e quantidade, promovendo a exploração do mundo físico e dos diversos objetos que se assemelham ao seu cotidiano e objetos inovadores. “As crianças vivem inseridas em espaços e tempos de diferentes dimensões, em um mundo constituído de fenômenos naturais e socioculturais” (“BRASIL, BNCC,2018, p.42) Através dos jogos a socialização entre espaço e pessoas, permite a construção das dimensões socioculturais, a apropriação de novas culturas, a noção de tempo, manhã, tarde e noite, e também de elementos que acompanham o tempo e o espaço

4 A PESQUISA

A pesquisa teve por objetivo verificar o crescimento do número de publicações dos artigos sobre jogos e brincadeiras, além de compreender quais áreas do conhecimento tem realizado estas pesquisas, para isto foi utilizado a plataforma do Scientific Electronic Library Online (SciELO), lá encontramos muitos artigos e para conseguir atingir nossos objetivos de comparar, verificar esses dados, utilizamos alguns filtros de pesquisa, como por exemplo, só usar artigos de pesquisas Brasileira e também só buscar por pesquisas realizadas no período de 2009 á 2019.

Para compreendermos melhor sobre todo o campo de atuação dos jogos e brincadeiras e o quanto eles tem influenciado a pesquisa nos últimos anos, esta seção pretende tratar dessas questões, visto que atualmente esse tema tem sido muito recorrente, tanto em documentos norteadores da educação, como na psicologia, design e em diversas áreas, vem sendo investigado e utilizado “ A lógica presente nos games tem sido usada para área de marketing e processos de formação escolar e profissional” (ALVES, MINHO, DINIZ, 2014, p.76) . Tanto os jogos eletrônicos, como os games e brincadeiras são temas que estão ganhando grande espaço, tendo este uma infinidade de objetivos.

4.1 Resultados

Buscando compreender melhor o papel dos jogos e brincadeiras no desenvolvimento cognitivo, realizamos a pesquisa na plataforma do SciELO, com a palavra chave “ jogos” e “ brincadeiras “, limitando aos artigos Brasileiros, publicados entre 2009 e 2019, observando em quais áreas as pesquisas encontradas estavam inseridas.

Iniciamos esta busca utilizando na plataforma a palavra chave “jogos”, filtrando por pesquisas realizadas no Brasil nos últimos dez anos 2009 a 2018, chegando ao resultado de 619 artigos, destes 500 estão em português, 231 estão em inglês, 18 em espanhol e 1 em francês; os periódicos mais publicados são: Revista Brasileira de Ciência do Esporte com 56 publicações, em seguida temos a Revista Brasileira de Educação Física e Esporte com 47 artigos, apesar de as Revista ligadas a

Educação Física serem as que mais publicaram artigos sobre os jogos há outros Periódicos que se encontram na lista e que permeiam campos diferentes como a Revista de Administração Contemporânea com 9 artigos, Revista Brasileira de Educação especial tendo 8 artigos, Revista da Escola de enfermagem da USP com 10 publicações e Revista Fisioterapia em movimento com 9 publicações ; portanto vemos que a maioria das publicações são de temática sobre Ciência da Saúde ou Ciências Humanas.

A seguir temos um gráfico sobre o Número de publicações de artigos conforme os anos se passaram, os descritores citados anteriormente são os que utilizamos para filtrar nossos resultados

Figura 2- Número de publicações no Scielo utilizando a palavra "jogos"



Fonte: Elaborado pela Autora

Podemos evidenciar, conforme o gráfico o quanto a pesquisa sobre Jogos tem crescido no últimos anos, ainda que o ano de 2018 se apresente com um percentual médio de publicações com 60 artigos publicados, o ano de 2017 possui o maior número de artigos registrados com 85 publicações, todavia o ano em que houve maior percentual de aumento foi entre 2014 e 2015, dado que o aumento foi de

37,29%, as pesquisas estão cada vez mais atuantes nesta área, atualmente este tem ganhado destaque na educação, dada a facilidade de interiorização de conteúdos e a aplicabilidade, além de desenvolver áreas psicológicas, sociais e mentais, pois segundo Scheffer (1996, p.83) “[...] Freinet ressalta a necessidade de ligar o estudo a uma constante experiência tateada”, sendo o jogo uma possibilidade de se trabalhar o tateamento.

Na plataforma foi realizada também a busca da palavra chave “Brincadeiras”, sendo nesta pesquisa a utilização dos descritores exemplificados acima, sempre utilizando o mesmo período de publicação. Nossa primeira percepção ao realizar a pesquisa é notar que a quantidade de artigos é muito menor ao de “jogos ” conforme segue o gráfico.

Figura 3- Gráfico com número de publicações utilizando a palavra “Brincadeiras”



Fonte: Elaborado pela Autora

As taxas têm índices que oscilam de um ano para o outro, sendo a maior discrepância entre 2016 e 2017, tendo 2016 o índice mais baixo de publicação e em

2017 o índice mais alto, totalizando um aumento de 200%, todavia se observarmos que o ano de 2017 é o ano que possui maior número de pesquisa e obteve somente 15 publicações, vemos que apesar do grande aumento, o número de publicações ainda assim é inferior ao de jogos. Foram encontrados somente 148 artigos, dentre esses 33 fazem parte do tema Educação e Pesquisa Educacional, muitos deles se relacionam com os jogos virtuais, tecnologia e com a saúde.

Através deste levantamento de dados percebemos que as pesquisas sobre jogos e brincadeiras são muito relevantes, sejam na área da educação, saúde ou administrativa, dado que os jogos trazem muitos benefícios, “Os jogos de construção são considerados de grande importância por enriquecer a experiência sensorial, estimular a criatividade e desenvolver as habilidades das crianças”. (KISHIMOTO, 2002, p. 40), conforme Kishimoto (2002), os jogos auxiliam muito na construção do conhecimento, através das experiências tateadas a criança conhece o mundo ao seu redor, além dos diversos benefícios que, como citado pelo autor, auxiliam no desenvolvimento de habilidades e da criatividade, assim podemos pensar também que os jogos contêm tamanho potencial a ponto de ser utilizado em diversas áreas a fim de obter habilidades, criatividade entre outras vantagens, portanto os jogos e as brincadeiras possuem um impacto muito grande para o desenvolvimento do ser humano, como o Santos (2002) cita:

(...) uma necessidade do ser humano em qualquer idade e não pode ser vista apenas como diversão. O desenvolvimento do aspecto lúdico facilita a aprendizagem, o desenvolvimento pessoal, social e cultural, colabora para uma boa saúde mental, prepara para um estado interior fértil, facilita os processos de socialização, comunicação, expressão e construção de conhecimento (SANTOS 2002, p. 12).

O impacto dos jogos, da ludicidade é um meio que proporciona melhor aprendizagem no sentido que facilita que a mesma ocorra, outras habilidades citadas como o desenvolvimento pessoal social e cultural é imprescindível pois é através dele que o indivíduo se insere na sociedade, além das outras qualidades citadas pelo autor como saúde mental, estado interior fértil, melhor comunicação, ou

seja elementos importantes para o convívio escolar, familiar e no trabalho, logo se compreende por que os jogos são motivo de pesquisa. Diante desses resultados, passamos a discussão da compreensão desses jogos e brincadeiras na perspectiva de Célestin Freinet, conforme proposto nos objetivos desse trabalho.

5 FREINET: PRINCÍPIOS EDUCACIONAIS E POLÍTICOS

Célestin Freinet foi um educador muito importante, segundo Paiva (1996) ele nasceu no ano de 1896 em 15 de outubro na vila de Gars, nos Alpes Franceses, em sua vida passou por muitos momentos históricos importantes como por exemplo, as duas Guerras Mundiais, fez história por onde passou marcando a vida de todos ao seu redor, ainda hoje Freinet influencia muitos educadores com suas práticas.

No ano de 1914, segundo Sampaio (2002) Freinet teve de paralisar seus estudos dado que a guerra de 1914 havia começado, ao participar do confronto desenvolveu problemas nos pulmões por causa dos gases tóxicos, foi então que iniciou sua carreira como professor primário em uma pequena aldeia de Bar-sur-Loup, Sampaio (2002, p.13) descreve que era “[...] numa escola instalada e numa casa antiga, pobre e escura, que tinha as carteiras em muito mau estado [...], ou seja a situação era muito delicada, tanto pelo momento que ocorria, quanto pelos recursos oferecidos, porém foi nesse ambiente em que Freinet teve um olhar atento a cada criança, aos seus interesses. Sampaio (2002) ressalta que Freinet acreditava que a escola deveria incluir novos elementos na constituição social e que isso só ocorreria quando os interesses da criança fossem contemplados, os encantos e entusiasmos estavam com olhos fitos ao que estava fora da escola e não na sala de aula.

A valorização do trajeto cultural do aluno deve ser ponto de partida e referência na construção de conhecimentos e não o limite do desenvolvimento, porque a cultura não é só memória e preservação é o próprio chão que irá revestir o futuro. Por isso, aproveitar o que o aluno já sabe, acumulou de experiência pessoal, apresenta como identidade cultural é habilidade crucial do professor (DEMO, 2002, p. 26).

Portanto a imersão na cultura, independente da classe social que este se insere, pois é fundamental para a formação estrutural do conhecimento, principalmente na pedagogia freinetiana, dado que as diferenças contribuem para o compartilhamento

delas, logo a aprendizagem que considera os interesses da criança e abrange sua bagagem de conhecimentos é a aprendizagem mais significativa.

Após algum tempo com seus alunos Freinet percebeu a necessidade de modificar o sistema de ensino que era aplicado, visto que não era de interesse das crianças, assim foi surgindo a ideia de aula-passeio, onde os alunos caminhavam pelas vilas, conhecendo profissões, pessoas, culturas; além de andar sobre os campos para admirar a paisagem e contemplar peculiaridades da natureza, sendo todas experiências trocadas após o passeio, em sala de aula (SAMPAIO, 2002).

A busca por uma sociedade justa e por liberdade necessita de pessoas responsáveis, capazes de criticar o mundo em que vivem para fazê-lo evoluir em um sentido cada vez mais humano; em um certo período houve a necessidade de se renovar a pedagogia, para uma pedagogia moderna, que desenvolva a criticidade e fomenta o anseio pelo saber, por conseguinte temos a pedagogia de Freinet com mudanças significativas para o desenvolvimento educacional.

{...}a pedagogia de Freinet está colocada sob a égide da escola moderna e não da escola nova. O educador francês justificou a opção pela expressão escola moderna porque, segundo ele, está mais preocupado em modernizar, adaptar a escola tradicional às necessidades do mundo moderno... explicou que modernizar não é apenas adquirir material novo ou tentar fazer os alunos participarem mais da aula, ou resolver todos os exercícios, Nem mesmo organizar cooperativas, editar um jornal ou praticar a correspondência interescolar. Modernizar a escola é, sobretudo, fazê-la encontrar a vida, mobiliza-la, dar-lhe um objetivo que esteja coerente com as exigências do presente e do futuro (SAVELLI et al, 2005, p. 6).

É perceptível que com esse novo pensamento sobre o presente e o futuro, as medidas desenvolvidas por Freinet buscam o desenvolvimento integral do indivíduo, dando vida e trazendo o sentido real da escola, contemplando a diversidade existente, trabalhando para além de quatro paredes, expandindo os horizontes para novos conhecimentos e culturas, assim como era realizado nas aulas passeio, onde a criança obtinha vivências de situações reais, estendendo seu campo de investigação, trazendo um novo olhar ao cotidiano.

"[...]as crianças de hoje já não se interessam pela escola, supõem saber tudo, mas não sabem sequer ler correctamente[...] as crianças

de hoje não reagem como as crianças de há vinte e mesmo de há dez anos. O trabalho escolar não lhes interessa [...]”(FREINET,1975,p.11).

Podemos verificar que com o passar do anos tudo tem se modificado, evoluído e desenvolvido, assim há necessidade de evolução da área educacional também, uma educação que faça sentido para as crianças, que contemple seus interesses, e não somente os conteúdos e habilidades a serem desenvolvidos, mas de uma educação que permita ao indivíduo pensar e opinar criticamente, que este não se baseia somente na bagagem tradicional, mas em novas bagagens culturais de conhecimento.

A perspectiva Freinet (1975) traz em sua obra que para as escolas obterem sucesso, de forma concisa é necessário que reconheçam a criança como indivíduo, respeitando o seu ritmo de trabalho, sua personalidade e sua experiência social e cultural, dando a cada uma o espaço e o reconhecimento de que precisam para se desenvolver, promovendo a autonomia, desenvolvendo o pensamento crítico, permitindo a responsabilidade real e possibilitado o aprendizado sobre liberdade dentro de um grupo.

A escola atual deve proporcionar uma proposta educacional que esteja centrada na criança, que respeite suas especificidades e seu ritmo, consistente com os ciclos de aprendizagem, que proporcione o desenvolvimento de sua personalidade, suas potencialidades e liberdade de aprendizagem dada através da livre expressão oral, escrita, corporal, por meio da comunicação e da prática, a cidadania através da vida cooperativa (propostas, escolhas, projetos, decisões, avaliações, direitos e deveres, conselho da criança). Uma escola que permita a cada um construir as suas aprendizagens, ou seja, que sejam co-responsáveis pela construção do conhecimento e das relações na vida em grupo e na escola, opondo-se a todo e qualquer tipo de doutrinação, mas valoriza as diferenças culturais, étnicas, sendo este um meio para apropriação da educação, um real motivo para aproximação do próximo, afim de conhece-lo e conviver com as diferenças.

Segundo Paiva (1996) Freinet tinha por objetivo organizar uma educação que viabilizasse um trabalho real, funcional, verdadeiro e socialmente profícuo, obtendo

a emancipação dos homens ao dogmatismo, oportunizando as crianças de buscar o conhecimento e deleitar-se com as descobertas obtidas. Segundo Paiva (1996) a afinidade entre Freinet e Paulo Freire é marcada pelo fato de consentir que a aprendizagem é organizada pelo próprio indivíduo, a utilização do método global e responsabilidade pela educação das classes populares..

5.1. O Desenvolvimento Cognitivo Através do Tateamento de Freinet

Neste subcapítulo vamos tratar de questões referentes aos tateamentos descritos por Freinet, compreendendo de que maneira os jogos e brincadeiras estão relacionados a eles, além de como o desenvolvimento cognitivo está ligado a todo esse ciclo de aprendizagem.

Segundo Scheffer (1996) na concepção Freinetiana a intelectualidade e o raciocínio devem andar sempre de mãos dadas ao manejo, a ação e ao pensamento, esses são elementos que são indissociáveis na construção do sujeito e que portanto devem estar presentes no cotidiano escolar. “[...] Freinet ressalta a necessidade de ligar o estudo a uma constante experiência tateada, relacionada o mais possível à vida.” (Scheffer, 1996, p.83), portanto vemos a importância de não somente se atentar as culturas e costumes de cada indivíduo, mas também de interligar essas vivências através do manuseio de objetos, ou seja, a aprendizagem deve estar além de conteúdos programáticos, da socialização das diversidades culturais, além de que a abstração para o concreto pode ser complexa para algumas fases da educação infantil, deste modo o tateamento dos objetos que já possuem uma vivência é muito significativo para a crianças, desenvolvendo ainda mais seus conhecimentos e seu cognitivo através desta experiência.

Esses testes táteis devem ocorrer em sala de aula ou até mesmo fora dela, Scheffer (1996) ressalta que a junção destes elementos geram um desenvolvimento eficiente, prazeroso e equilibrado, o autor traz também a nomeação deste movimento como “trabalho- jogo”, logo visualizamos em sua metodologia a importância dos jogos para o aprendizado, dado que através da sua prática surge

um ambiente acolhedor, em que a criança tem a convivência sobre todo o conhecimento oferecido, tendo noção integral das atividades disponibilizadas.

Neste meio de aprendizagem, as etapas são pouco a pouco aprimoradas, percorrendo primeiramente a prática através da socialização, da experimentação e do conhecimento vivenciado, até a chegada do conhecimento científico, que é adquirido com o passar do tempo; essas vivências permeiam um processo de desenvolvimento que vão além da decodificação ao lugar no qual a criança está inserida, elas permeiam esferas cognitivas, psicológicas e físicas, com a capacidade de se expressar, socializar e interagir com a diversidade cultural .

Para a Pedagogia de Freinet a escola não pode ser dissociada da sociedade ou, melhor, do contexto em que está inserida[...] A aprendizagem significativa garante-se pela possibilidade de articulação e apropriação dos conhecimentos, pela sua manipulação (concreta e abstrata) e elaboração[...] a mesma observação vale para a matemática, que não é senão a noção, estabelecida pela medida e pelas relações entre os objetos, pois a aprendizagem só ocorre quando algo tem significado (SCHEFFER, 1996, p.85).

Portanto é necessário reconhecer qual espaço cultural seu aluno está inserido, para que a aprendizagem tenha sentido e ganhe vida; esta preocupação deve ocorrer em todos os conteúdos da grade curricular, dado que somente com esta interação entre a realidade do aluno e o ensino terão significado para a aprendizagem, dado que é um conhecimento construído e que faz parte do que o aluno convive, se sentindo confiante para apresentar aos amigos aquilo que faz parte da sua cultura, suas produções, suas questões, que ao serem compartilhadas criam um leque de experiências, em seguida a criança possui uma desenvoltura maior para realizar seus tateios, suas brincadeiras e jogos, e novamente a compreensão do outro, que estava presente na fala, passa a se tornar uma experiência vivida. Essa experiência tateada que advém de outras experiências, possibilita a construção de uma base para novas experiências e novos saberes, portanto o compartilhamento das ideias, dúvidas, aprendizados é essencial no desenvolvimento cognitivo.

Esta pedagogia se fundamenta em uma estrutura de três tópicos que ressaltam a experimentação e o tateamento das crianças como benefício para o

desenvolvimento, Freinet (1975) traz em primeiro lugar a experimentação como ação importante na aprendizagem, seja por “observação, comparação, verificação, como prova, através do material escolar [...]” (FREINET, 1975, p.172). Em segundo temos a criação, que surge da realidade, das apropriações conscientes ou inconscientes e que é tida como “[...] uma concepção ideal do devir humano ao qual serve” (FREINET, 1975, p.172) No terceiro ponto temos experiência concretizada a partir de outros, de culturas e gerações diferentes. Todo esse movimento representa o tateamento experimental, que considera o aluno em sua integralidade, como parte de um processo de ramificação do conhecimento; quanto mais reflexão há sobre as vivências, maior é a experiência adquirida, se trata portanto de um trabalho coletivo, onde sua construção se dá por várias mãos.

O tateamento experimental está inserido nos jogos e brincadeiras, à medida que há socialização, comunicação, compartilhamento de ideias e pensamentos, experiências trocadas, demonstrações culturais e apropriações expostas, ou seja, todas essas ações estão adjuntas ao brincar, dada a enorme gama de brinquedos e jogos que temos atualmente, como por exemplo, a brincadeira de papéis sociais. Durante a brincadeira podemos notar que cada criança tem a representação de um papel social divergente do outro, exemplificando, por exemplo, a mãe, para alguns é uma figura materna próxima, caracterizada por cuidado, atenção; mas para outros que moram com os avós, ou que possui uma mãe atarefada, as representações serão divergentes, porém enriquecedoras em todas as suas performances; portanto há uma gama de jogos e brincadeiras que podem ser utilizados, dada a exploração de materiais que também é possibilitada neste momento, fora as diversas interações com outros colegas, logo o desenvolvimento cognitivo é nítido através do processo de troca e de tateamento, dado que “[...] considera também o aluno como parte integrante da realidade, com toda sua expressão de manifestação oral e escrita [...]” (SCHEFFER, 1996, p.86).

Assim nesta consideração integral do aluno, através dos jogos e brincadeiras e de todos os processos intrínsecos no desenvolvimento cognitivo, a criança se desenvolve de forma espontânea, natural e respeitosa nas suas vivências e vontades.

É através deste processo de aprendizagem que a criança cumprirá um ciclo de desenvolvimento para atingir mais conhecimento

“[...] é a aptidão para manipular, observar, relacionar, emitir hipóteses, verificá-las, aplicar leis e códigos, compreender informações cada vez mais complexas. É uma atitude particular que deve ser desenvolvida pouco a pouco, assim os conhecimentos vão sendo adquiridos pela criança e se enraízam profundamente nela, permanecendo, entretanto, revisáveis e relativos, quando aparecem novos fatos ou quando são feitas novas experiências.” (SAMPAIO, 1994, p.217).

Portanto neste ciclo, além de novos conhecimentos, há também ressignificação dos conhecimentos já apropriados, assim compreendemos que através dos jogos e brincadeiras, principalmente quando falamos de educação infantil, muito se tem a contribuir na construção do conhecimento e no desenvolvimento cognitivo, principalmente se analisando na perspectiva Freinetiana, visto que o tateamento, o trabalho-jogo e a importância das vivências são imprescindíveis em sua metodologia.

6 CONCLUSÃO

A educação infantil e a preocupação com o desenvolvimento físico e psicológico é uma pauta não tão antiga, visto que , como observado na seção 2 , inicialmente as crianças eram consideradas como pequenos adultos, sendo submetidas a trabalhos braçais, a mortalidade infantil era muito grande (MATTOSO, 1991), após esse período vemos o atendimento a crianças porém com caráter assistencialista, ou seja, o intuito das instituições eram de cuidado e não de desenvolvimento (KRAMER, 1992), atualmente os jogos e brincadeiras são muito utilizados, conforme observado na análise da seção 4, de resultados e Discussões sobre os jogos e Brincadeiras na Plataforma do Scielo, podemos evidenciar como eles estão presentes em diversas áreas de pesquisa, administrativa, educacional, saúde; entre outras, além de estar em diversos documentos norteadores da educação brasileira, sem citar as diversas leis que garantem este direito às crianças.

Todas essas questões nos fizeram refletir sobre qual o real papel dos jogos na vida das crianças, principalmente quando falamos de educação infantil, em que as brincadeiras e jogos são tão frequentes; quais desenvolvimentos estão propostos por trás das brincadeiras, e sobre quais os objetivos a serem alcançados.

A metodologia Freinetiana vem de encontro a todas essas questões, pois primeiramente, seu intuito não é trabalhar jogos e brincadeiras, mas é de partir dos interesses apresentados pelas crianças e por conseguinte construir um conhecimento que abrange os conteúdos apresentados nos currículos de parâmetros nacionais (MELO, 2003), ou seja é de possibilitar que a criança tenha

autonomia nas aprendizagens, ou melhor, é possibilitar que as crianças formulem perguntas, e encontrem as respostas, é instigar o desenvolvimento cognitivo.

Segundo Melo (2003) a pedagogia de Freinet acredita que as crianças são capazes de desenvolver seus conhecimentos em diversos espaços, portanto a escola não é tida como única fonte de conhecimento, pelo contrário, essa metodologia prevê que os alunos tragam conhecimento de diversos outros lugares, sendo o conhecimento prévio muito importante, principalmente quando se fala sobre o tateamento, ou seja, sobre o trabalho jogo, que é a manipulação junto à intelectualidade, ou seja, se analisarmos essa questão na ótica dos jogos, podemos dizer que a manipulação dos objetos e as vivências já assimiladas é o processo de tateamento, que vão possibilitar o desenvolvimento cognitivo na medida que novas assimilações ocorrem segundo o Art. 29 da Lei de Diretrizes e Bases - Lei 9394/96, de desenvolvimento integral da criança.

Pensando nesses aspectos, que o tateamento através dos jogos são pensados com o intuito de desenvolvimento integral do aluno, considerando suas particularidades, suas vivências e histórias, seu ritmo de aprendizagem e seus questionamentos, na perspectiva de Freinet, o intuito de todo esse processo é de que as crianças realmente consigam aprender, de forma simples, sem complicações e imposições.

Nesse momento o encanto se quebrava e, para Freinet, mandar abrir a página de um livro, onde as frases feitas nada tinham a ver com a vida da criança, era cortar pela raiz o entusiasmo que as crianças tinham trazido lá de fora [...] Havia uma total dissociação entre a escola e a vida (SAMPAIO, 2002, p.17).

Ou seja, tudo aquilo que é distante da realidade da criança, é algo que não chama a atenção dela, pois não faz parte de seu cotidiano, cabe ao professor reconhecer as particularidades de seus alunos, quais as vivências que estes possuem, quais assuntos são de seu interesse, o que este aluno gostaria de aprender realmente.

Ao falarmos das aulas-passeios como um meio de se descobrir novos conhecimentos e também como meio de obter novas apropriações, compreendemos o quão enriquecedor pode ser essa ação, podendo estabelecer relações entre o

conhecimento e a prática, entre vivências e saber científico; no processo de desenvolvimento cognitivo para assimilação, tateamento e vivência são facilmente compreendidos quando possuem significação do que está aprendendo, a produção de textos realizada após a aula passeio cria a oportunidade do surgimento de questões e assimilação de conceitos já adquiridos, preparando os alunos para o mundo real.

Quando Freinet voltava dos passeios com as crianças, escrevia na lousa um resumo do que tinha acontecido durante aqueles momentos tão vivos. As crianças liam, comentavam, acrescentavam observações e depois copiavam o texto nos seus cadernos, ilustrando-os com desenhos ou da forma que quisessem (Sampaio,2002, p.18- 19).

Através dessas apropriações, o que estava fora de sala, passa a ser conhecimento dos alunos e através dos textos essas informações são fixadas e detalhadas, assim podemos dizer que o tateamento do espaço fora de sala, ou melhor, esse brincar de descobrir aquilo que os cerca, proporciona novas experiências que poderão ser compartilhadas entre os alunos, seja na leitura, seja em um espaço informal, ou até mesmo através de outros jogos, onde haverá ressignificações de tudo que vivenciaram.

Ou seja, os jogos e as brincadeiras estão ligados às vivências e significações e principalmente a cultura em que o indivíduo se insere, quanto antes a criança tiver a oportunidade de socialização e integração social entre adultos e crianças, melhor será se desenvolvimento educacional, cognitivo e afetivo.

Lembrando que apesar de os jogos serem muito importantes em sala, e fora dela, é imprescindível que este tenha objetivos definidos, pois transformar tudo em jogo, sem uma finalidade clara pode acarretar em sérios problemas, pois nosso objetivo é que os jogos e as brincadeiras sejam um auxílio na aprendizagem, e não um fim , ou melhor , nosso objetivo não é ensinar as crianças a jogar, mas se desenvolverem através dele com pensamento lógico, criatividade, formulando estratégias, transformando as aulas mais práticas e de interesse dos alunos, para que eles aprendam com mais facilidade.

Desta forma, como pudemos observar na pesquisa bibliográfica sobre jogos e brincadeiras, o aumento de estudos sobre estes temas é de grande relevância, mas

precisam ser pensados não apenas como recurso, mas como elemento fundamental no processo de desenvolvimento cognitivo da criança, planejados com objetivos claros, conforme propõe Freinet.

Ao finalizar este estudo, consideramos relevante indicar a necessidade de que na formação de professores, principalmente de Pedagogia, que se insira o estudo da Pedagogia Freinet e o estudo mais aprofundado sobre os jogos e brincadeiras no processo de desenvolvimento integral da criança.

REFERÊNCIAS

ALEXANDRESCU, D. T. Melanoma costs: a dynamic model comparing estimated overall costs of various clinical stages. **Dermatology online journal**, [s. l.], v. 15, n. 11, p. 1, nov. 2009. Disponível em: http://dermatology.cdlib.org/1511/originals/melanoma_costs/alexandrescu.html. Acesso em: 3 abr. 2009.

ANGOTTI, M. **O trabalho docente na pré-escola** : revisando teorias, descortinando práticas. São Paulo: Pioneira Educação, 1994.

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. Trad. Dora Flaksman. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

BRASIL.[Constituição (1988)] **Constituição da República Federativa Brasil**. Brasília: Presidência, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 2 jun. 2019.

BRASIL. **Art. 29 da Lei de Diretrizes e Bases - Lei 9394/96**. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/11691589/artigo-29-da-lei-n-9394-de-20-de-dezembro-de-1996>

BRASIL. **Decreto nº1.313, de 17 de Janeiro de 1891**. Coleção de Leis do Brasil. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1313-17-janeiro-1891-498588-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em : 02 jul. de .2019

BRASIL. **Decreto nº 21.415, de 17 de Maio de 1932**. Diário Oficial da União - Seção 1 - 24/5/1932, Página 1- 10017

BRASIL. **Lei 7430/85 | Lei no 7.430, de 17 de dezembro de 1985**. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/103541/lei-7430-85>. Acesso em : 02 jun.2019

BRASIL. **[Lei nº8.069 ,de 13 de julho de (1990)] Constituição da República Federativa do Brasil**, Estatuto da Criança e do Adolescente Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm .Acesso em: 20 set. de 2019

BRASIL. Resolução CEB 1/99. **Diário Oficial da União**, Brasília, 13 de abril de 1999. Seção 1. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/resolucao_ceb_0199.pdf . Acesso em: 22 jul. 2019

BRASIL. **Dos Níveis E Das Modalidades De Educação E Ensino**: Da Educação Básica. Disponível em: <http://secon.udesc.br/leis/ldb/ldb5cap2.html>. Acesso em: 2 jul. 2019.

BROUGÈRE, G. **Brinquedo e cultura**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997

CABRAL, A.S.C. A Sociedade do Século XVI e a Pintura Renascentista Flamenga: análise iconográfica e iconológica da obra Jogos Infantis (1560), de Pieter Bruegel. **Revista Anagrama: Revista Científica Interdisciplinar da Graduação**. São Paulo. Ano 5, n. 4. Junho-Agosto 2012. Disponível em: file:///C:/Users/Rafaella/Downloads/35655-Texto%20do%20artigo-41952-1-10-20120801.pdf_universal_direitos_crianca.pdf. Acesso em: 22 julho de 2019

CAILLOIS, R. **Os jogos e os Homens: A máscara e a Vertigem**. Lisboa: Ed.Cotovia, 1990.

CAMPOS, M.M; ROSEMBERG, F; FERREIRA, I.M. **Creches e Pré- Escola no Brasil**. Rio de Janeiro, 2001.

CARNEIRO, M. A. B. **Brinquedos e Brincadeiras** :formando ludoeducadores. São Paulo: Articulação Universitária, 2003.

IBGE. Censo demográfico 1940-1991. Rio de Janeiro: IBGE, 1950-1997; Pesquisa nacional por amostra de domicílios 1992-1993. Tabela extraída de **Evolução e Perspectiva da Mortalidade Infantil no Brasil**. IBGE, Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica, n.2, 1999. Disponível em <https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?t=taxa-mortalidade-infantil&vcodigo=CD100>. Acesso em: 02 jun. 2019.

COSTA, A.C. G. **De menor a cidadão**: Notas para uma história do novo direito da infância e juventude no Brasil. Editora do Senado, 1993.

COSTA, A.C.G. **É possível mudar**: a criança, o adolescente e a família na política social do município. [S./]: Editora Malheiros, 1993.

COSTA, M. C.C. A pedagogia de Célestin Freinet e a vida cotidiana como central na prática pedagógica. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 23, p. 26 –31, set. 2006. Disponível em: https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/4927/art02_23.pdf. Acesso em: 29 mar. 2019.

DEL PRIORE, Mary. **História das Crianças no Brasil**. [S./]: Editora Contexto, 1999.

DEMO, P. **Educar Pela Pesquisa**. 5. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2002

ELKONIN, D.B. **Psicologia do jogo**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

FACCI, M. G. D. Os estágios do desenvolvimento psicológico segundo a psicologia sociohistórica. *In*: ARCE, Alessandra. DUARTE, Newton. **Brincadeira de papéis**

sociais na Educação Infantil: as contribuições de Vigotsky , Leontiev e Elkonin. São Paulo: Xamã, 2006.

FREINET, C. **As técnicas na Freinet da escola moderna.** 2 ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1975.

FREINET, C. **O método natural.** Lisboa, Estampa, 1977.

GALVÃO, I. Expressividade e emoções segundo a perspectiva de Wallon. *In:* ARANTES, V. **Afetividade na escola: alternativas teóricas práticas.** 3. ed. São Paulo: Editora Summus, 2003.

GALVÃO, M.C . A educação infantil: uma proposta de trabalho. *In:* FERREIRA, G. M. (org). **Palavra de professor(a): tateios e reflexões na prática da pedagogia Freinet.** Campinas: Mercado de Letras, 2003.

GUIMARÃES, D. **Relações entre bebês e adultos na creche:** o cuidado como ética. São Paulo: Cortez, 2011.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios** 1991/2007 .Disponível em: <https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=CAJ318>. Acesso em: 2 jun. 2019.

KISHIMOTO, T. M. **Jogos tradicionais infantis; O jogo a criança e a educação.** Petrópolis. Rio De Janeiro: Vozes, 1993.

KRAMER, S. **A política do pré- escolar no Brasil:**A arte do disfarce. São Paulo, 1992.

KRAMER, S. **A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce.** 5 ed. São Paulo, SP: Cortez, 1995.

KUHLMANN JR. M.M. **A circulação das ideias sobre a educação das crianças; Brasil, início do século XX.** *In:* KUHLMANN, J. R. M.; FREITAS, M. C. de.(Orgs.). Os intelectuais na história da infância. São Paulo: Cortez, 2002

MATTOSO, K.Q. O Filho da Escrava. *In:* DEL PRIORE, Mary (Org). **História da Criança no Brasil.** São Paulo. Editora Contexto, 1991

MATTOSO, K.Q. **200 jogos infantis.** Belo Horizonte: Itatiaia, 1980. 1992.

MELO, L. M .Entrelaçando conhecimentos, Construindo saberes. *In:* FERREIRA, G.M (org). **Palavra de professor(a): tateios e reflexões na prática da pedagogia Freinet.** Campinas: Mercado de Letras, 2003.

MIRANDA, N. **210 Jogos infantis.** Belo Horizonte: Itatiaia Limitada, 1992.

NEPSID. **História e Simbolismo de Jogos, Brinquedos e Brincadeiras**

Universais. São Paulo, 2003 Disponível em:

https://docs.wixstatic.com/ugd/f52fdb_bb3ba542d1c639dda8ae7391bd95dec9.pdf. Acesso em: 18 jul. 2019.

OLIVEIRA, Z. M. R. (org.). **A criança e seu desenvolvimento: Perspectivas para discutir a Educação Infantil.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

PAIVA, Y. M. S. Pedagogia Freinet: Seus princípios e práticas. *In*: ELIAS, M. C (org.). **Pedagogia Freinet: teoria e prática.** Campinas: Papirus Editora, 1996.

ROSAMILHA, N. **Psicologia do Jogo e Aprendizagem Infantil.** São Paulo: Pioneira, 1979.

SAMPAIO, R. M. W. **Freinet: evolução histórica e atualidades.** 2. ed São Paulo: Editora Scipione, 1994.

SAVELI, E. et al. Infância e educação na obra de Freinet. *In*: OLIVEIRA, M.S. (org.). **Fundamentos Filosóficos da Educação Infantil.** Maringá, 2005.

SCHEFFER, N. F. O tateamento experimental numa concepção matemática. *In*: ELIAS, M.D.C (org.). **Pedagogia Freinet Teoria e prática.** Campinas: Papirus, 1996.

VYGOTSKY, S. **A Imaginação e a Arte na Infância.** [S.l.]: Relógio de Águas Editora, 1930.